

PROJETO DE LEI Nº 045/2017

“Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal de Turismo, bem como o Fundo Municipal de Turismo, dá Providências e Revoga Disposições em Contrário”.

O Prefeito do Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, consoante lhe faculta o inciso IV do art. 65 da Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Seção I

Do Conselho Municipal de Turismo

Art. 1º - Fica criado o **COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**, que se constitui em órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Carmo do Cajuru.

§1º - O Presidente será eleito na primeira reunião do Conselho.

§2º - O Secretário Executivo será designado pelo presidente eleito.

§3º - As Entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades por mais um período de dois anos.

§4º - Na ausência de Entidades específicas para outros segmentos, as pessoas que os representem poderão ser indicadas por profissionais da respectiva área ou, então, pelo COMTUR, desde que haja aprovação de dois terços dos seus membros, podendo ser reconduzidas por quem os tenham indicado.

§5º - As pessoas de reconhecido saber em suas especialidades e aquelas que, de forma patente, possam vir a contribuir com os interesses turísticos da cidade poderão ser indicadas pelo COMTUR para um mandato de dois anos, com a aprovação de dois terços dos seus membros e, também, poderão ser reconduzidas pelo COMTUR.

§6º - Os representantes do poder público municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do COMTUR, serão indicados pelo Prefeito com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por Ato Administrativo do Executivo Municipal.

§7º - Para todos os casos dos parágrafos 3, 4, 5 e 6 do presente artigo, após o vencimento dos seus mandatos, os membros permanecerão em seus postos com direito a voz e voto enquanto não forem entregues à Presidência do COMTUR os ofícios com as novas indicações.

§8º - As indicações citadas nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo poderão ser feitas em datas diferentes, em razão das eleições em diferentes datas nas Entidades e, portanto, com diferentes datas para o vencimento dos seus mandatos, datas que serão controladas pelo Secretário Executivo.

Art. 2º - O COMTUR fica assim constituído por:

I – 03 (três) representantes escolhidos pelo chefe do Executivo Municipal;

II – 01 (um) representante a convite do COMTUR conforme §5º do art. 1º desta lei;

III – 01 (um) representante entre os proprietários de hotéis, pousadas e similares;

IV – 01 (um) representante da ACIACC;

V – 01 (um) representante da ACASP;

VI – 01 (um) vereador representante da Câmara Municipal;

VI – 01 (um) representante entre as empresas de transporte turístico, agência de viagens entre outros;

Art. 3º - Compete ao COMTUR e aos seus membros:

I - Avaliar, opinar e propor sobre:

a) Política Municipal de Turismo;

b) Diretrizes Básicas observadas na citada Política;

c) Planos anuais ou trianuais que visem o desenvolvimento e a expansão do Turismo no Município;

d) Instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

e) Assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos.

II - Inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;

III - Programar e executar debates sobre os temas de interesse turístico para a cidade e região, assegurando a participação popular;

IV - Manter intercâmbio com as diversas Entidades de Turismo do Município ou fora dele, sejam ou não oficiais, para um maior aproveitamento do potencial local;

V - Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;

VI - Propor programas e projetos nos segmentos do Turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;

VII - Propor diretrizes de implementação do Turismo através de órgãos municipais e os serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implementação do Turismo em todos os seus segmentos;

VIII - Promover e divulgar as atividades ligadas ao Turismo do Município participando de feiras, exposições e eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outros, projetados para a própria cidade;

IX - Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do Turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da Indústria Turística em geral;

X - Colaborar com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes, sempre que solicitado;

XI - Formar Grupos de Trabalho para desenvolver estudos em assuntos específicos, com prazo para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao plenário;

XII - Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;

XIII - Sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;

XIV - Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou quaisquer acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;

XV - Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;

XVI - Monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

XVII - Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;

XVIII - Conceder homenagens às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo, em concordância e aprovação do Poder Executivo Municipal;

XIX - Eleger, entre os seus pares, o seu Presidente na reunião de posse do Conselho;

XX - Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Art. 4º - Compete ao Presidente do COMTUR:

I - Representar o COMTUR em suas relações com terceiros;

II - Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;

III - Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões;

IV - Indicar o Secretário Executivo;

V - Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte;

VI - Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus membros;

VII - Proferir o voto de desempate.

Art. 5º - Compete ao Secretário Executivo:

I - Auxiliar o Presidente na definição das pautas;

- II** - Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;
- III** - Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;
- IV** - Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMTUR;
- V** - Prover todas as necessidades burocráticas;
- VI** - Substituir o Presidente nas suas ausências.

Art. 6º - Compete aos membros do COMTUR:

- I** - Comparecer às reuniões quando convocados;
- II** - Em votação, eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
- III** - Levantar ou relatar assuntos de interesse turístico;
- IV** - Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento turístico do Município ou Região;
- V** - Não permitir que sejam levantados problemas políticos partidários;
- VI** - Constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;
- VII** - Cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;
- VIII** - Convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembléia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando este Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados;
- IX** - Votar nas decisões do COMTUR.

Art. 7º - O COMTUR reunir-se-á em sessão ordinária uma bimestral perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quorum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º - As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou,

ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 1º e do Artigo 12.

§ 2º - Quando das reuniões, serão convocados os titulares e, também, os suplentes.

§ 3º - Os suplentes terão direito à voz mesmo quando da presença dos titulares, e, direito à voz e voto quando da ausência daquele.

Art. 8º - Perderá a representação o Órgão, Entidade ou membro que faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano.

Parágrafo Único: Em casos especiais, e por encaminhamento de dez por cento dos seus membros, o COMTUR poderá deliberar, caso a caso, a reinclusão de membros eliminados, mediante a aprovação em votação pessoal e por maioria absoluta.

Art. 9º - Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o COMTUR poderá expulsar o membro infrator, em votação secreta e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição no tempo remanescente do anterior.

Art. 10 - As sessões do COMTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público que queira assisti-las.

Art. 11 - O COMTUR poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a frequência que for desejável, sejam personalidades ou entidades, desde que devidamente aprovado por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 12 - O COMTUR poderá prestar homenagens a personalidades ou entidades, desde que a proposta seja aprovada, em consulta com o Poder Executivo, por dois terços de seus membros ativos.

Art. 13 - A Prefeitura Municipal cederá local e espaço para a realização das reuniões do COMTUR, bem como os materiais necessários que garantam o bom desempenho das referidas reuniões.

Art. 14 - As funções dos membros do COMTUR não serão remuneradas.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, “ad referendum” do Conselho.

Seção II

Do Fundo Municipal de Turismo

Art. 16 – Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo – FUNDETUR, de natureza contábil, vinculado ao COMTUR.

§ 1º - As despesas com pessoal, os respectivos encargos, bem como as remunerações de serviços vinculados às atividades mencionadas nesta Lei, podem utilizar-se de recursos do FUNDETUR;

§ 2º – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico aplicará recursos do FUNDETUR, eventualmente disponíveis, revertendo ao mesmo, seus rendimentos.

§ 3º – O Prefeito, ao constatar qualquer irregularidade na administração do FUNDETUR, decretará intervenção no mesmo com destituição do conselheiro, solicitando imediatamente ao COMTUR, a substituição do mesmo.

Art. 17 – Constituirão receitas do FUNDETUR:

I – os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos;

II – a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;

III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;

IV – créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

VI – contribuições de qualquer natureza sejam públicas ou privadas;

VII – recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;

VIII – produto de operações de créditos, realizadas pela Prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;

IX – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

X – outras rendas eventuais.

Art. 18 – O chefe do executivo municipal fica nomeado o gestor do FUNDETUR, regulando suas atividades e rendimentos.

Seção III

Das Disposições Gerais e Aplicabilidade

Art. 19 – A presente Lei, revoga as Leis 1990/2002 e 2117/2005 e todas as disposições em contrário.

Art. 20 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo do Cajuru, 23 de Outubro de 2017.

Edson de Souza Vilela
Prefeito de Carmo do Cajuru

A JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor
Vereador Adriano Noqueira da Fonseca
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
Carmo do Cajuru – MG

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei anexo, que cria o Conselho Municipal de Turismo, bem como o Fundo Municipal de Turismo – COMTUR e FUNDETUR.

O turismo é uma atividade de serviços que, uma vez que se desenvolve, torna-se responsável pela satisfação de necessidades múltiplas, mediante o desenvolvimento das sociedades modernas. Os serviços criados pelo turismo, surgem a partir da oferta de atividades produtivas dos residentes locais. E a partir dessa oferta, gera a demanda turística para com o município. Ou seja, o turista gasta, e o dinheiro que ele pagou vai ser o salário de muitas pessoas de várias áreas locais. E o produto aqui produzido, poderá ser desfrutado por diversas localidades.

Além da geração de emprego e renda, o turismo movimentada toda cadeia econômica. Uma vez que, aprimorando os acervos turísticos do nosso município – tais como, a barragem, as nossas cachoeiras, igrejas, morros, nossas festas tradicionais e culturais, nossa gastronomia etc – faz com que mais alimentos, mais bens materiais e mais serviços sejam utilizados. Esse fenômeno é chamado de "Efeito Multiplicador".

Trata-se do efeito provocado pelo gasto dos turistas, em bens e serviços consumidos na localidade visitada, aumentando a geração de novos empregos e principalmente da renda municipal. Ele pode ser avaliado pelo grau, por meio do qual o dinheiro gasto pelos turistas, permaneça na região, para ser reciclado por meio da economia local. Segundo dados dos IBGE, em uma pesquisa encomendada pela EMBRATUR, identificou-se 52 setores produtivos que são relacionados com o turismo.

Por vezes, faz-se pensar que turismo gera renda tão somente para hotéis e

restaurantes – um erro – haja vista, quando passamos a conhecer e perceber o Efeito Multiplicador vemos que não é assim. O turismo muda a vida da população local e a visão dos outros de fora, para com nossa cidade. Com o sucesso da realização do planejamento, e pensando a longo prazo, as vantagens se refletem das mais variadas formas:

*O emprego de mão de obra em geral ocupada na produção de bens e serviços aumentará consideravelmente, fazendo crescer a rentabilidade de famílias de menor poder aquisitivo.

*A necessidade de mão de obra especializada, com a prestação de serviços diretos ao consumidor como guias, recepcionistas, etc, incentivará a população local a se profissionalizar.

*Com a movimentação dos turistas, o setor gastronômico, como restaurantes e lanchonetes terão a oportunidade de expandir seus empreendimentos e trará a possibilidade da criação de novos estabelecimentos.

*O transporte coletivo deverá se modernizar o que favorecerá não só os visitantes, mas também os próprios moradores.

*Com a implantação e aperfeiçoamento do setor hoteleiro, haverá a geração de empregos e a movimentação do comércio devido aos produtos que os hotéis precisarão para atender aos hóspedes além do movimento decorrente dos turistas que circularão pela cidade em busca de presentes, lembranças, artesanatos entre outras curiosidades.

*A inauguração de novos entretenimentos, que são essenciais para preencher a estada do turista na cidade, beneficiará também a população local.

*A concorrência que se estabelecerá entre as empresas será benéfica, pois o aumento da produção de bens e serviços estimulará a competitividade entre os elementos da oferta, melhorando a qualidade dos serviços.

Por isso é importante que se regularize um COMTUR para discussão de ideias e projetos em conformidade com a realidade local. A proposta para membros do conselho engloba pessoas da sociedade civil que podem contribuir com sua experiência e levar ao Executivo a voz e o pensamento da comunidade cajuruense. Sem a criação de um conselho competente, e se realizado de forma insustentável, o turismo ficará acanhado e dificilmente trará benefícios a cidade e seus municípios. é papel do COMTUR, a criação de uma melhor infraestrutura para os pontos turísticos, bem como o melhor atendimento e acolhimento aos turistas e a quem dos atrativos for desfrutar.

Frente a todas as potencialidades apresentadas acima, as inúmeras vantagens socioeconômicas e culturais, além de outras que o Turismo pode proporcionar à população e a todos os agentes econômicos envolvidos, acredita-se que nosso município só tem a ganhar com a atividade turística, que se caracteriza

como um fator de eximia contribuição para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população. Dessa forma, sentimos a importância de desenvolver esse projeto de lei, que é de necessário exame e aprovação dessa egrégia Casa Legislativa, que, assim como a Administração Pública, preocupa com o bem coletivo e o avanço da economia municipal.

Assim sendo, aproveito o ensejo, para renovar a Vossa Excelência, e aos ilustres Vereadores, meus elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Edson de Souza Vilela
Prefeito de Carmo do Cajuru